

LIVROS DIDÁTICOS E PCNS: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA

Pablo Rodrigo da Silva

Introdução

Ao se analisar a realidade do ensino público brasileiro, percebemos a centralidade que o livro didático adquiriu como instrumento pedagógico do trabalho docente. Por sua vez, o ensino de História nas escolas públicas tem se tornado foco de acalorados debates quanto às práticas metodológicas, melhoria dos materiais didáticos, formação continuada dos professores e aperfeiçoamento de seus programas curriculares.

A relação professor/conteúdo/aluno tem passado por sucessivas tentativas de orientações através de instrumentos legais, tais como a LDB, as diretrizes e os parâmetros curriculares, cujo objetivo é nortear a prática docente a partir de reflexões sobre o seu trabalho. Na relação docente-discente, percebemos a grande importância do uso do livro didático como o principal, se não o único, recurso pedagógico de que dispõem alunos e professores, embora o MEC o considere somente como material de apoio, conforme reiteradamente explicitado em seus Guias de Livros Didáticos.

Dessa maneira, é possível constatar que a maioria dos docentes de escolas públicas, em função de diversas razões, como falta de tempo, longa jornada de trabalho, formação inadequada, péssimas condições laborais etc., acaba por restringir a elaboração de suas aulas pelo conteúdo inserto no livro didático e pelo manual do professor que acompanha o livro, que se torna assim um currículo semi-elaborado (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 134), em função da seleção prévia de seu conteúdo e da metodologia para seu uso. Nas palavras de Circe Bittencourt,



O livro didático é (...) um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular (BITTENCOURT, 1998, p. 72).

Nesse sentido, o docente, ao não desenvolver o planejamento de suas aulas, acaba deixando esvaecer a noção de que “todo conteúdo é construção” (CABRINI, 2000 apud OLIVEIRA, 2010, p. 2) e, como consequência, a disciplina de História tende a não desenvolver os objetivos e habilidades propostos pelos PCNs. Assim, observando-se a centralidade assumida pelo livro didático como o instrumento pedagógico no cotidiano do processo de ensino-aprendizagem do aluno, consideramos relevante discutir o tipo de influência exercida pelo livro didático sobre a construção do saber histórico do discente, a maneira como aquele desconstrói e/ou reforça estereótipos e preconceitos e como a capacidade cognitiva do estudante pode ser ou não desenvolvida conforme os conteúdos e a metodologia preconizados pelo livro.

Livro Didático e sua Avaliação

A proposta de nossa pesquisa, ainda em fase inicial, é analisar as condições fornecidas pelo livro didático como instrumento pedagógico que se estabelece como principal fonte de formação e informação na relação docente-discente sob o prisma das orientações propostas pelos PCNs, principalmente sob o aspecto da formação do estudante como cidadão, levando-se em consideração que

A compreensão de cidadania em uma perspectiva histórica, como resultado de lutas, confrontos e negociações, e constituída por intermédio de conquistas sociais de direitos, pode



servir como referência para a organização dos conteúdos da disciplina histórica. A partir de problemáticas contemporâneas, que envolvem a constituição da cidadania, podem-se selecionar conteúdos significativos para a atual geração (MEC, 2000, p. 26).

Dessa forma, buscamos analisar a concepção de cidadania subjacente à escrita de dois livros didáticos utilizados em uma escola pública da Rede Estadual de Ensino, sediada em Fortaleza, tendo como objeto de análise o capítulo referente ao período da História Brasileira que se inicia em 1945 e se finda com o Golpe Civil-Militar de 1964, denominado de maneira geral como Democracia Pós-Estado-Novo. Os livros em questão são “História – Volume Único”, de autoria de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi, e “História – Volume Único”, de autoria de Divalte Garcia Figueira, ambos os livros publicados pela Editora Ática e recomendados pelo PNLEM¹ de 2006 e 2008, respectivamente.

Avaliando a escrita da História proposta pelos autores dos livros em questão, desejamos conhecer o tipo de diálogo que tal escrita estabelece com o professor e o aluno, se tal diálogo está assente nas orientações preconizadas pelos PCNs e se a escrita desses livros incorpora em sua concepção geral a renovação historiográfica vigente nas atuais pesquisas no campo da História. Nesse sentido, visamos conhecer as referências bibliográficas a partir das quais os autores desenvolveram seus argumentos e suas narrativas a fim de se compreender a função didática dos elementos extra-textuais (imagens, letras de música, poemas etc.) e dos exercícios avaliativos na construção e fixação dos conceitos de cidadania e democracia sugeridos ao longo do texto principal referente ao período da redemocratização pós-1945.

Os PCNs para o Ensino de História propõem o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades atribuídas como específicas desta área de ensino, quais sejam: representação e comunicação; investigação e compreensão; e contex-



tualização sociocultural, que devem ser articuladas com o que os PCNs denominam de *conceitos básicos* ou *estruturadores*, compreendidos como “parâmetros (...) que sustentam o conhecimento histórico e podem articular as práticas dos professores em sala de aula” (MEC, 2008, p. 70). Nessa perspectiva, “esse instrumental conceitual permite a problematização de aspectos da realidade e a definição de eixos temáticos que orientam os recortes programáticos, bem como apontam para novas possibilidades de criação de situações de aprendizagem” (MEC, s/d, p. 77).

Para efetuar essa análise, faremos uso das sugestões de Circe Bittencourt (2008), que propõe a observação de três aspectos para a análise dos livros didáticos: a forma, o conteúdo histórico escolar e seu conteúdo pedagógico. Segundo a autora, a análise dos aspectos formais diz respeito à materialidade do livro, incluindo a diagramação, seleção de cores e ilustrações da capa e das páginas interiores, “a visão da apresentação gráfica do conjunto da obra e de como estão divididos seus diferentes tópicos” (2008, p. 312), de modo a facilitar ou não o trabalho dos alunos. Conforme Bittencourt, é comum que as capas dos livros indiquem as propostas curriculares às quais estes estão vinculados. Nesse sentido, ao analisar o conjunto da obra, constatamos que o livro do autor Figueira pauta-se por uso mais restrito de imagens, de modo que até a capa passa por um tratamento simplificado. Na apresentação da obra, os editores anunciam a vinculação da produção do livro às DCNEMs².

Por sua vez, o livro de Azevedo e Seriacopi, embora não explicitando sua vinculação aos PCNs, já evidencia pela capa um tratamento mais acurado quanto à seleção e diagramação das imagens, perspectiva que se verifica ao longo da obra, com uma preocupação em dotá-las de legendas que possibilitem uma continuidade da leitura do texto. Nesse sentido, notamos a possibilidade de usos pedagógicos mais claros quanto à função que as imagens desempenham no corpo do texto. Quanto ao ca-



pítulo escolhido como objeto de análise, das sete fotos selecionadas constatamos que cinco tinham como foco ou multidões ou grupos de pessoas reunidas em espaços públicos abertos.

No dizer de Jacques Aumont, “as ‘funções’ da imagem são as mesmas que, no curso da História, foram também as de todas as produções propriamente humanas, que visavam estabelecer uma relação com o mundo” (2004 apud FARIAS; SILVA, 2006, p. 4754). Assim, concordando com o autor, pensamos que a seleção das imagens e produção de suas legendas pode propiciar abertura para um diálogo problematizador destas, uma vez que imagens desconectadas das proposições do texto não gerariam conteúdo significativo para o estudante, tornando, portanto, a leitura do livro desagradável e pouco elucidativa. Nesse sentido, analisando as fotografias selecionadas (referentes ao capítulo em estudo) pela equipe produtora do livro de Figueira, percebemos que a seleção de apenas duas fotografias, uma retratando uma luta de capoeira com poucas pessoas à volta dos lutadores, e outra mostrando o busto de Jânio Quadros discursando sem identificação de seu público, além de não propiciarem abertura para um debate acerca do conceito de democracia e de suas tipologias, inviabiliza também a proposição da construção do conceito de cidadania preconizado pelos PCNs.

Na análise dos conteúdos históricos escolares, há que se considerar o caráter de “explicitador e sistematizador” de conteúdos de História sugeridos por orientações curriculares e por uma produção historiográfica. Segundo Bittencourt, “o livro didático tem sido o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolares” (2008, p. 313). Nesse aspecto, para acompanharmos a concepção de História proposta pelos autores e pensando na análise de um dos conceitos estruturadores, de que falam os PCNs, que em nossa pesquisa é o conceito de cidadania, seguimos os passos propostos por Bittencourt, que sugere que



(...) A análise da bibliografia, assim como da seleção de documentos ou excertos de determinadas obras historiográficas, contribui para a percepção da tendência histórica predominante. A bibliografia indica também o nível de atualização do autor do livro, ao passo que a indicação de leituras complementares para professores e alunos é outro elemento importante para verificação (2008, p. 313).

Nos dois livros pesquisados, o capítulo, referente ao período objeto de análise, é aberto com a menção à palavra democracia. Lendo a introdução ao capítulo do livro de Azevedo e Seriacopi, percebemos a intenção de se possibilitar uma discussão sobre o tipo de democracia que se desenvolveu no período, quando, ao citarem a euforia vivida em função da industrialização e do crescimento econômico na época e da construção de Brasília como seu ápice, afirmam que “tal expansão beneficiou principalmente as camadas média e alta da sociedade, mas manteve as profundas desigualdades sociais existentes no país” (2008, p. 471). A partir de tal assertiva, podemos perceber ao longo do capítulo a inclusão dos trabalhadores como sujeitos históricos e a tentativa, embora muito limitada, de fazer referências aos movimentos políticos da sociedade à época. Lendo a bibliografia consultada pelos autores, vemos a inclusão de vários livros que trazem a marca da renovação historiográfica, com títulos indicativos de preocupações com a história cultural, história social inglesa, história do cotidiano, dentre outros. Entretanto, a leitura do capítulo não deixa explícito o resultado de tal consulta, pois ainda depreendemos do texto uma valorização excessiva dos feitos individuais de personagens políticos de vulto, como a movimentação de políticos profissionais e gerais em torno de fatos como as tentativas de golpe ou a realização das campanhas eleitorais.

Quanto ao livro de Figueira, percebemos a inexistência de qualquer vinculação aos movimentos políticos da socieda-



de. Seguindo claramente uma linha a que podemos chamar de História tradicional, este autor refere-se aos sujeitos históricos de forma generalizante através de termos como o país, a população, o povo, dentre outros. Não percebemos uma preocupação mínima em problematizar o tipo de democracia que surgiu nesse período. Na introdução ao capítulo, por exemplo, temos a afirmação de que

(...) a democracia fez bem. Nesse meio tempo, o Brasil passou por profundas transformações. Consolidou, por exemplo, seu processo industrial e tornou-se, definitivamente, um país com fortes características urbanas (FIGUEIRA, 2002, p. 377).

E o terceiro eixo avaliativo do livro didático, ainda seguindo a sugestão de Bittencourt, diz respeito à “articulação entre informação e aprendizagem” (2008, p. 314), isto é, a análise do conteúdo pedagógico. Este tipo de análise visa compreender a natureza do conhecimento proposto pelo livro didático, pois são as atividades propostas por este que orientam o desenvolvimento das habilidades intelectivas dos alunos. A ordenação e seleção das atividades didáticas dos livros possibilitam conhecer o tipo de diálogo estabelecido entre o autor, o docente e o aluno, pois, embora o professor seja o responsável pela organização dos exercícios didáticos, os livros se comportam como referência de proposição avaliativa, porque já explicitam a metodologia a ser utilizada quanto às avaliações. Neste sentido, eles podem propor atividades que possibilitem ao aluno

(...) fazer comparações, identificar as semelhanças e diferenças entre os acontecimentos, estabelecer relações entre situações históricas ou entre a série de documentos expostos no final ou intercalados nos capítulos e indicar outras obras para leitura, fornecendo pistas para a realização de pesquisa em outras fontes de informação (BITTENCOURT, 2008, p. 316).



Quanto aos livros analisados nesta pesquisa, os capítulos selecionados trazem poucas atividades a ser desenvolvidas pelos alunos, de modo que caberá ao docente a elaboração de outros exercícios de aprendizagem. As poucas atividades propostas pelos livros explicitam uma perspectiva meramente mnemônica e/ou consultiva frente ao texto e não levam os discentes a uma postura reflexiva e crítica quanto ao conteúdo exposto, pois tais atividades se pautam pela imposição do texto do livro como fonte acabada de conhecimento, não estimulando o uso de outras fontes de pesquisa. Além disso, tal postura estimula a fixação da representação da disciplina História como um conhecimento dogmático, ao qual não se permitem inovações metodológicas e teóricas, uma vez que a forma como são realizadas as simplificações didáticas nestes livros não apresenta o conteúdo como uma construção intelectual e, como tal, passível de alterações. Como exemplos, citamos um exercício do livro de Azevedo e Seriacopi que apenas indaga ao discente “Quais as principais novidades introduzidas pela Constituição de 1946?” (2008, p. 478) e do livro de Figueira extraímos “O Governo João Goulart foi marcado pela radicalização política, tanto de grupos de esquerda quanto de direita. Encontre exemplos dessa radicalização e relacione esses acontecimentos à guerra fria” (2002, p. 383).

Conclusão

Conforme explicitamos anteriormente, esta pesquisa ainda se encontra em processo inicial de coleta de dados para ampliação do objeto de nossa análise, que visa avaliar as condições de instrumentalização pedagógica proporcionadas pelos livros didáticos segundo as orientações dos PCNEM. Para isso, cremos ser necessário incluir mais capítulos dos livros analisados e buscar posteriormente desenvolver outros mecanismos de pesquisa para verificar junto aos alunos a natureza da re-



lação que eles estabelecem com os conceitos propostos pelos livros didáticos. À guisa de conclusão, cabe ressaltar o papel essencial a ser desempenhado pelo docente quanto à escolha e fixação das funções pedagógicas do livro didático, uma vez que é aquele a ponte de diálogo entre o aluno e os conteúdos propostos nos livros. Entretanto, o tipo de escrita da História adotado nos livros didáticos pode dificultar bastante o trabalho docente, pois aqueles, por se estabelecerem como a principal fonte de formação e informação discente, constroem discursos referenciais sobre a sociedade e seus grupos, sobre as práticas culturais, políticas e sociais do agir humano, referendando assim preconceitos, estereótipos e atitudes que se incorporam na consciência histórica dos alunos. Portanto, o trabalho de avaliação do livro didático deve ser concebido como uma das principais atividades docentes em termos de planejamento pedagógico, por se revelar fundamental na consecução das propostas explicitadas pelos PCNs na formação intelectual e cidadã do estudante.

Notas

¹ Programa Nacional do Livro do Ensino Médio.

² Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **História – Volume Único**. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. _____ (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. 2ª ed. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.



FARIAS, Elton John da Silva; SILVA, Paloma Porto. Uma análise do livro didático de História: problemas e possibilidades. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, VI, 2006**, Uberlândia, **Anais**. Uberlândia: UFU, 2006. p. 4746-4756. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/434EltonJohn_e_PalomaSilva.pdf>. Acesso em 9 set. 2010.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História – Volume Único**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MEC. **PORTARIA Nº 907, DE 13 DE ABRIL DE 2006**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/port907_pnlem.pdf>. Acesso em 10 set. 2010.

MEC. Secretaria de Educação Básica. **Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008**. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/arq-livro-didatico/1962-pnlem2008historia/download>>. Acesso em 10 set. 2010.

MEC. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2008.

MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio (Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias)**. Brasília. MEC/SEB, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em 9 set. 2010.

MEC. Secretaria de Educação Básica. **PCN Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ciências Humanas e suas Tecnologias)**. Brasília. MEC/SEB, [s/d]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em 9 set. 2010.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144, 2004.



Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200006&script=sci_arttext>. Acesso em 9 set. 2010.

OLIVEIRA, Isabella Santana. Livro didático e ensino de História: um estudo de eixos temáticos no Ensino Fundamental II. In: **Seminário de Cultura e Política na Primeira República, 2010**, Santa Cruz. **Anais**. Santa Cruz: UESC, 2010, s/p. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/isabela-santana.pdf>>. Acesso em 9 set. 2010.